

Diário do Legislativo de 30/03/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 12ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/3/2010

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Agostinho Patrus Filho; aprovação - Inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2008; discurso do Deputado Carlin Moura; votação do projeto, salvo emenda; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação da Emenda nº 1; rejeição - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.417/2009; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007; apresentação do Substitutivo nº 2; encerramento da discussão; encaminhamento do substitutivo com a proposta à Comissão Especial - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.929/2009; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 3.928/2009; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 3.970/2009; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.004/2009; discurso do Deputado Padre João; encerramento da discussão; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 4.142/2010 e os vetos às Proposições de Lei Complementar nºs 117 e 118 e às Proposições de Lei nºs 19.559, 19.568, 19.574, 19.586, 19.621 e 19.625, apreciados na extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Agostinho Patrus Filho solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 3.417/2009 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A Presidência verifica, de plano, que, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 7, não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição, mas que há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2008, do Governador do Estado, que reajusta os valores da tabela de vencimento básico dos cargos de Procurador do Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 1. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, encaminhamos favoravelmente à votação do projeto que prevê, originalmente, um reajuste de 15% para a Advocacia-Geral do Estado. Em nome do Bloco PT-PMDB-PCdoB, faremos alguns registros. Ontem à noite, a nossa Bancada fez um esforço concentrado para votar todos os vetos que sobrestavam a pauta para que pudéssemos começar a discutir as questões relativas aos reajustes dos servidores públicos. Fizemos isso porque temos a consciência de que a questão salarial dos servidores públicos é premente e precisa ser votada no Plenário desta Casa para dar uma resposta aos nossos servidores públicos. No caso específico da Advocacia-Geral do Estado, o Projeto nº 2.752 estava parado desde 2008 e trazia previsão de reajuste escalonado, que, ao final, chegaria a 15%. Em função de sua demora, esses 15% não são mais suficientes para fazer a recomposição salarial, merecendo, em 2º turno, melhor análise para concedermos um reajuste condizente com essa categoria e com as diversas outras, cujas votações de reajuste salarial estão previstas na pauta: professores, policiais militares e civis.

Sr. Presidente, faremos um esforço para votarmos os projetos, mas já salientamos que esses reajustes estão muito aquém daquilo que os servidores do Estado de Minas Gerais vêm pleiteando e que realmente merecem. Nos últimos sete anos deste governo, houve um aumento significativo da receita corrente líquida do Estado, em função até da boa fase da economia brasileira. Isso repercutiu na arrecadação do Estado, que apresentou crescimento. Só houve exceção em 2009 em decorrência da crise econômica, que repercutiu sobre a arrecadação do Estado. Isso em função da natureza da economia mineira, que é muito dependente dos produtos de exportação, especialmente o minério e as "commodities" agrícolas. Então, em 2009 a arrecadação sofreu uma queda, mas, no geral, na média, houve um crescimento significativo da arrecadação do Estado. Mas, em compensação, o percentual de reajuste para os servidores públicos nesse período, de 2002 para cá, foi reduzido em relação à receita corrente líquida. Em 2009, por exemplo, o gasto do Estado com a folha de servidores, em relação à receita corrente líquida do Estado foi, percentualmente, um dos menores nos últimos sete anos. Entendemos que os reajustes propostos pelo governo são tímidos, que não recompõem o poder de compra do servidor público, não o colocam em condições de ter uma boa remuneração. O piso dos professores, na forma que virá na proposta do governo, não é propriamente um piso, mas um teto salarial, e os demais servidores também continuam com uma remuneração tímida. Mas temos a compreensão de que votar o projeto é um passo importante, é o que é possível ser feito. Então, votaremos favoravelmente ao projeto de reajuste da Advocacia-Geral do Estado em 1º turno, na forma original apresentada, e no parecer para o 2º turno, procuraremos melhorar a proposta do governo para que o reajuste seja mais condizente com a categoria. Reafirmamos mais uma vez que liberamos e destravamos a pauta. Ao ajudar a Casa a votar projetos importantes, a Oposição tem feito um trabalho responsável e consequente. Não poderíamos, de forma alguma, criar dificuldades para a votação do projeto de reajuste de servidor público aqui, na Casa. Nós, que sempre defendemos a valorização do servidor público e da carreira, não criaríamos esse constrangimento. Então, votamos favoravelmente ao projeto, mas tendo a compreensão de que as propostas apresentadas são tímidas e ainda não estão em sintonia com o desejo do servidor público de Minas Gerais. Os pleitos feitos pela Bancada PT-PMDB-PCdoB foram integralmente cumpridos até a presente data pelo governo do Estado, pelo Executivo. As emendas não foram executadas até a presente data nem foram pagas às diversas entidades que delas precisam para desenvolver seus projetos sociais.

Quanto à questão dos Agentes Penitenciários, estamos na expectativa da reunião de hoje à tarde, para que o governo sinalize e recontrate todos os Agentes Penitenciários conforme o acordo do ano passado. Mas ainda não foram recontratados. Pela importância do servidor público, destravamos a pauta e vamos votar favoravelmente. Nesse sentido, estamos encaminhando, em nome do Bloco PT-PMDB-PCdoB, favoravelmente à aprovação do reajuste para a Advocacia-Geral do Estado, em 1º turno, na forma original, com a perspectiva de, no 2º turno, melhorar a proposta para valorizar a carreira dos Procuradores do Estado. Esse é o nosso encaminhamento, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Pinduca Ferreira - Sr. Presidente, o meu voto é "sim".

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 40 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, ratificada a aprovação do projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.752/2008. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.417/2009, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.417/2009 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao art. 273 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa substitutivo do Deputado Adalclever Lopes e outros, cujo teor foi publicado na edição do dia 25/3/2010.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentado à proposta um substitutivo, do Deputado Adalclever Lopes e outros, que recebeu o nº 2, e, nos termos do art. 201, c/c o § 2º do art. 188, do Regimento Interno, encaminha o substitutivo com a proposta à Comissão Especial, para parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.929/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Política Agropecuária.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Política Agropecuária.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.004/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a destinação das terras devolutas de Minas Gerais às pessoas certas foi o grande gargalo, Deputado Paulo Guedes, desses sete anos do governo Aécio Neves. Quando Itamar Franco passou-lhe o governo, o volume de terras, segundo dados, ultrapassava 11 milhões de hectares. Pela Constituição, seja a Federal, seja a Mineira, fica muito claro que essas terras seriam destinadas a quem fizesse valer sua destinação social. São terras agricultáveis. Em Minas Gerais, temos a maior concentração de terras devolutas nas mãos das grandes empresas, com a monocultura do eucalipto. Quem continua penalizado são os trabalhadores rurais. O mais importante para eles é a terra, mas esta lhes é negada. São forçados a sair do Norte, do Jequitinhonha e ir para o Triângulo ou para São Paulo, para a colheita da cana, num trabalho subumano. Essa é a dura realidade de milhares de trabalhadoras e trabalhadores mineiros, porque a destinação das terras devolutas não tem sido levada a sério. É bom aprovarmos esse projeto de resolução que dá destinação às terras. Ainda são milhares de trabalhadores que a requerem, mas ela lhes é negada.

Chegamos a apresentar denúncias de que terras estão sendo destinadas a pessoas erradas. Tivemos oportunidade de denunciar que, em Rio Pardo de Minas, um Promotor aposentado estava recebendo mais de 700ha de terra, ao passo que a lei permite que o máximo são 250ha. Temos os dados, nome da fazenda, local, etc. Esse trabalho ainda não está sendo levado a sério neste governo. Muita gente está recebendo terras devolutas, mas não são trabalhadoras nem trabalhadores rurais. O objetivo é montar fazendas, sítios de final de semana, e não trabalhar a terra. Há mais de dois anos, Sr. Presidente, solicitei a realização desta audiência pública e, hoje, tenho a satisfação de receber o comunicado do Presidente da Comissão, que dá ciência da marcação da audiência. Na verdade, solicitei a reunião na outra legislatura e tive de renovar o pedido. A questão envolve dezenas de Municípios onde as terras estão tendo destinação equivocada, desrespeitando-se a Constituição. As terras devolutas estão produzindo laranjas, antes de tudo. De um lado, a monocultura do eucalipto; de outro, as laranjas, porque aqueles que têm poder de compra nomeiam pessoas que lhes são submissas e concentram a terra. Nas Escrituras, a terra é sinal de libertação de um povo, como vemos no Segundo Livro da Bíblia, o Êxodo, em que Abraão saía de Ur conduzindo o povo para a terra prometida. Está claro ainda hoje que terra é sinal de libertação. Desde a época das sesmarias, a terra está concentrada nas mãos dos grandes senhores, e a maioria, homens, mulheres, brancos, negros, indígenas eram submissos. Tinham de chegar diante do senhor de cabeça baixa, sempre em trabalhos subumanos. Essa triste realidade tem de ser mudada. Minas Gerais tem tudo para ser transformado, porque é um dos Estados que tem uma grande concentração de terras devolutas. Essas trabalhadoras e trabalhadores sempre viveram da terra, mas numa propriedade alheia, dos grandes fazendeiros, portanto submissos, sem liberdade até para exercer a cidadania, o voto, já que eram condicionados - e ainda o são - a seguir o senhor. Essa é a triste realidade de muitos Municípios de Minas Gerais, onde o chefe político manda no padre, na polícia, em todos, negando-se a liberdade, a cidadania e a dignidade de homens, mulheres, jovens e crianças. Por isso, queremos, "in loco", ouvir os trabalhadores sobre a destinação das terras devolutas do Estado de Minas Gerais.

Em relação à monocultura, tenho certeza de que não tem sustentabilidade social nem econômica nem ambiental. O problema está na monocultura, seja do feijão, seja da soja, seja do que for. Está provado no mundo inteiro que monocultura é problema. A grande concentração

de uma mesma cultura é um equívoco. A diversidade da produção agrícola e pecuária é que garante sustentabilidade, segurança social, econômica e estabilidade ao meio ambiente. Não podemos permitir destinação de terras a quem não lhes der um fim social. A terra, como os indígenas nos ensinaram, é a nossa mãe; é ela que garante o nosso sustento, por isso não pode ser agredida. Temos que colocar a terra nas mãos de quem irá cultivá-la, de quem irá gerar alimentos, de quem irá garantir saúde e vida para todos. O maior volume de terras ainda continua concentrado nas mãos das grandes empresas. Basta ir a Turmalina, Minas Novas para ver isso. É interessante que são Municípios de grandes políticos, mas que foram incapazes de enxergar a realidade do seu povo, foram incapazes de qualquer iniciativa para garantir justiça social. Queremos que a destinação das terras devolutas de Minas Gerais caia nas mãos de quem, de fato, vai trabalhar a terra e gerar alimentos saudáveis, e não alimentos com veneno. A lógica do agronegócio tem sido gerar soja com veneno, feijão com veneno, tomate com veneno. Precisamos colocar a terra nas mãos de gente séria, de gente que respeita a vida e que dará destinação social para a terra, e não usá-la para fins única e exclusivamente econômicos, às custas de doença, exploração e morte das pessoas. Se a terra for destinada a pequenos agricultores, aqueles que sempre trabalharam nela, eles irão cultivá-la com responsabilidade, numa diversidade de produção, sem quebrar a cadeia da biodiversidade. Eles preservarão as nascentes, mantendo a reserva legal, tratando como sagradas as áreas de preservação permanente e, assim, garantindo todo o equilíbrio, inclusive a regularidade de chuvas, do clima e do microclima.

Concedo aparte ao Deputado Doutor Viana, grande companheiro, que foi, aliás, meu colega de Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial quando cheguei a esta Casa.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Muito aprendi e tenho aprendido com o trabalho de V. Exa., nobre Deputado Padre João. Ouço V. Exa. com muito carinho e atenção e concordo com V. Exa. em vários pontos.

Quero fazer uma explanação sobre uma experiência de vida que tenho na minha região, na região central de Minas Gerais, mais precisamente no entorno de Curvelo, onde se faz o plantio extraordinário de eucalipto para siderurgia e carvoejamento. Alguns dos pontos mencionados por V. Exa. têm fundamento, mas hoje o empresário - pelo menos na minha região, isso está acontecendo - não visa apenas ao lucro. Mesmo a monocultura não tem sido feita por completo. Por exemplo, no plantio do eucalipto, há áreas de preservação de mata nativa, porque eles sabem do prejuízo que terão se derrubarem tudo e plantarem só eucalipto. Então, para se obter um plantio maior de eucalipto, deixam a mata nativa, preservam animais e aves e mantêm o local onde eles se alimentam. Realmente se houver só monocultura, teremos apenas os famosos três "cês" - cobra, cigarra e calango -, não dá mais nada; animal nenhum consegue viver com o cheiro forte de eucalipto. Então, isso está acontecendo pelo menos na minha região, onde se trabalha com muita consciência sustentável para manter a questão ambiental.

Percebemos também que, aonde o eucalipto chega com responsabilidade social, se promove o aumento do IDH. Temos a relação de várias cidades de todos os recantos de Minas Gerais onde é plantado eucalipto e observamos que, com a chegada desse plantio, houve a melhora do IDH da comunidade, da região ou da cidade. Então, hoje não se planta eucalipto com interesse absolutamente econômico; visa-se, sim, à questão ambiental, a preservar áreas nos meios dos eucaliptais - e isso é visível na minha região. Fazem isso a Plantar, a Mannesmann, a Cossisa e outras empresas. Tenho acompanhado isso, portanto não estou falando em defesa de ninguém. Se estiverem errados, também estou lá para corrigi-los, fazer cobranças e fiscalizar, como fiscalizamos.

Comunico a esta Casa que, na semana que vem, irei à AmBev, em Sete Lagoas. Nesta Casa, votamos um projeto - e o Deputado Paulo Guedes participou muito dos trabalhos - para conciliar a derrubada de alguns pequizeiros com a plantação de uma quantidade que a compensasse. Não queríamos que se derrubassem pequizeiros de forma irresponsável. A AmBev está lá, e um viveiro de 10 mil pés de pequis está pronto para ir a campo. Então, hoje a maioria dos empresários que estão investindo em nosso Estado e no País tem essa consciência de responsabilidade socioeconômica-ambiental. É claro que ainda existem alguns irresponsáveis e que, às vezes, por irresponsabilidade, se tem a impressão de que todos trabalham dessa forma, o que não é verdade.

Então, deixo aqui esse registro não em defesa deles, mas devido à realidade que vivemos na minha região de Curvelo. Não sei se nas regiões onde V. Exa. trabalha, do lado de cá, isso está acontecendo dessa maneira, mas me proponho a estar junto a V. Exa. para combater qualquer plantio que seja contrário a essa lógica de se preservar a natureza, o meio ambiente, a questão social - devemos olhá-la com carinho - e, é claro, o lucro do empresário.

Portanto, faço esse registro, porque trabalho muito nesse setor, presido a Frente Parlamentar da Silvicultura e acompanho esse pessoal. Estamos realizando seminários nas regiões, para que os pequenos produtores, que não têm muito que fazer com a terra e não possuem recursos, plantem uma certa quantidade de eucaliptos. Essas empresas favorecem a cessão dos clones a um preço mais em conta, para que os produtores tenham, em pouco tempo, eucalipto para uso próprio: para fazer cercas ou usá-lo internamente em sua propriedade. É isso que temos visto em alguns lugares. Claro que não estou em todo o Estado de Minas Gerais, mas, se percebermos que em algum lugar não é assim, queremos ser parceiros para corrigir a situação, pois não podemos permitir que a situação continue dessa forma.

Agradeço o aparte. Desculpe-me se prolonguei e parabeno-o pelo pronunciamento.

O Deputado Padre João* - Agradeço a V. Exa.

Turmalina, Minas Novas e Felisburgo são exemplo. Em Felisburgo, houve uma chacina vergonhosa por conflito de terra. Lá se concentra monocultura do eucalipto. Falo em monocultura, Deputado Doutor Viana, e faço questão de salientar novamente que ela é perversa, mesmo a do feijão e a da soja. Monocultura quebra a biodiversidade e força o uso de herbicidas e inseticidas, que são venenos. Essa produção - repito - quebra a biodiversidade. O que seria um controle natural de insetos é quebrado e passa a ter um único tipo de insetos, que acaba virando praga, e o produtor tem de lançar mão de vários venenos. Esse é o grande problema da monocultura. Com isso surge a utilização de máquinas, das grandes máquinas. Uma máquina substitui cento e tantos homens, incluindo-se a cultura do eucalipto. Coloco todas as monoculturas no mesmo pacote: as do eucalipto, do feijão, da soja e da banana, que são perversas porque levam ao uso de tecnologia, dão abertura aos grandes maquinários.

Acredito que, mesmo nessa região, se pode avançar, principalmente junto ao Ministério do Trabalho. Os vizinhos dessas matas podem utilizar as pontas do eucalipto. Há intransigência na questão, mas acredito que ainda podemos avançar. Pela liberdade e pelo respeito que sinto por V. Exa., tenho a liberdade de lhe dizer que, mesmo na região de Curvelo e Felixlândia, os pais, para se protegerem, preferem não deixar que ninguém entre lá, por causa do Ministério do Trabalho ou de alguma questão trabalhista, já que acabam levando crianças e tudo o mais, o que traz alguma penalidade, como V. Exa. sabe. Às vezes ainda há desperdício de certas matérias-primas que poderiam ser aproveitadas pelos trabalhadores que estão em volta. Nesse projeto, cuja citação é específica de Cordisburgo, há também essa grande concentração. No caso, trata-se de uma destinação justa, porém temos de avançar nas outras áreas, em vários Municípios do Norte mineiro.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Deputado Padre João, quero aproveitar a sua fala para levantar um problema do Norte de Minas Gerais, especificamente do Projeto Jaíba. Na semana passada, fiquei dois dias em Jaíba visitando o projeto, as comunidades rurais e me deparei com uma situação que precisa de solução do governo. O Governo investiu mais de R\$2.000.000.000,00 para construir o Projeto Jaíba, que previa a irrigação de 100.000ha. Ele já está pronto, mas não está produzindo. Apenas 16.000ha estão sendo utilizados, por vários motivos: questão ambiental e preço da água. Quando se trata dos pequenos irrigantes, o problema se torna muito mais grave, porque o sistema de irrigação é antigo, o preço da água e da luz é exorbitante. A conta não fecha. Mesmo que a pessoa consiga produzir num lote de 5ha, o valor cobrado hoje pela taxa de água e de luz e a dificuldade de escoamento da produção inviabilizam o Projeto Jaíba. O governo sabe disso, e não toma providências. O governo precisa tirar a burocracia que emperrou o Projeto Jaíba. É preciso haver uma melhora na assistência técnica, que

não funciona corretamente. O governo precisa otimizar. Estive lá no ano passado, quando estiveram também o Vice-Governador, o Secretário de Agricultura, o Presidente da Ruralminas e o aparato do governo, para anunciar a modernização do sistema de irrigação e a colocação dos relógios noturnos para que os pequenos produtores do Jaíba tenham condições de competir com os grandes. Os grandes produtores do Jaíba têm energia noturna, pagam uma energia subsidiada bem mais barata, e o pequeno irrigante paga uma energia com o preço normal. O governo foi lá e lançou um programa para atender 1.400 pequenos irrigantes do Jaíba. O programa atendeu 80 e até hoje estão faltando os outros 1.320. Portanto, venho aqui neste momento cobrar uma atitude do governo com relação ao Jaíba. O grande problema do Jaíba é que o custo de manutenção do projeto é global. A manutenção daquelas grandes bombas, daquele sistema hidromecânico tem um custo que deveria ser dividido pelos 100 mil hectares. Se está irrigando 16 mil, o custo dos 100 mil hectares está sendo dividido apenas para os 16 mil, ou seja, para os pequenos. Com isso o preço da água e da energia elétrica inviabiliza o projeto. A energia praticada hoje pela Cemig tem um preço absurdo. Já cobramos aqui várias vezes, já fizemos audiências públicas no Jaíba, solicitando do governo que pelo menos retire da agricultura familiar, não só no Jaíba mas em todo o Estado, o ICMS sobre a conta de energia. Essa seria uma medida interessante do governo para socorrer a agricultura no Estado. O Norte de Minas Gerais está andando para trás. Enquanto a agricultura familiar, enquanto o agronegócio cresceu no Brasil quase 100% nos últimos sete anos, no Norte de Minas houve um decréscimo de 1%, porque temos uma legislação ambiental severa que pune quem quer trabalhar. Paralisaram todos os assentamentos de reforma agrária no Norte de Minas Gerais. Estive no Incri há 15 dias e o Superintendente me disse que, se não houver uma solução para a questão da mata seca no Norte de Minas, não compensará fazer assentamento de reforma agrária no Norte de Minas, porque assentamos as pessoas e elas ficam lá debaixo da lona, já que o IEF não está dando licença nem para construção das casas dos assentados. Isso está acontecendo em diversos assentamentos e sou testemunha disso. Já houve algumas audiências públicas em que vimos as pessoas reclamarem; então, precisamos fazer alguma coisa. É por isso que o Norte de Minas está sendo penalizado duplamente: primeiro pela legislação, segundo pela falta de uma política de incentivos. E nós continuamos na mesma pobreza de sempre, vendendo mão-de-obra barata para enriquecer cada vez mais os grandes produtores do Triângulo Mineiro. Todos os anos os trabalhadores do Norte de Minas têm que sair de suas casas, deixando esposa e filhos para trabalhar durante nove meses cortando cana no Triângulo Mineiro para sustentar suas famílias, deixando no Norte de Minas viúvas de marido vivo. Então gostaria de dizer que precisamos tomar providências. Quero aproveitar esse aparte para registrar que o governo precisa tomar uma providência urgente com relação à mata seca no Norte de Minas Gerais, contra a atuação do IEF e dos órgãos ambientais que punem quem quer produzir. E não se trata apenas da agricultura familiar, isso está generalizado. Acontece nos assentamentos de reforma agrária, na agricultura familiar, com pequenos produtores, médios e grandes produtores, inviabilizando a produção.

Hoje, quem tem uma propriedade no Norte de Minas não é mais dono dela. Se a propriedade estiver preservada, está confiscada pelo governo. A pessoa vê a propriedade, sonha em produzir, mas não consegue licença para nada. Precisamos denunciar isso. A legislação existe para todo o Estado, mas só está sendo aplicada com rigor no Norte de Minas Gerais, no Noroeste do Estado, no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri. No Triângulo Mineiro, deixaram desmatar tudo, 97%. Anda-se no Triângulo Mineiro e 300km são dentro de um canal. O agronegócio está bombando no Triângulo Mineiro. Esse desequilíbrio que acontece no Estado é absurdo. A legislação existe para uns, mas para outros os órgãos de meio ambiente fecham os olhos. Por que não exigir a recomposição das reservas no Triângulo Mineiro? A cúpula do IEF incentiva as grandes empresas, os usineiros do Triângulo, a comprar terras baratas no Norte de Minas e lá fazer reserva legal.

Falo isso porque fui testemunha dessa situação. Fui convidado pela cúpula do IEF para conhecer uma RPPN no Norte de Minas, onde estava todo o aparato do órgão, com helicóptero e diretoria, para pedir a este Deputado que retirasse um projeto de lei que tramita na Casa e dispõe que a reserva legal deve estar na mesma bacia hidrográfica. Entretanto, o projeto não anda na Casa. Há três anos, está parado na Comissão de Meio Ambiente. Ou seja, os interesses dos grandes estão acima dos interesses dos menores. Por isso, o Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha e o Noroeste do Estado pagam um alto preço. A região está cada vez mais pobre, e as pessoas estão perdendo emprego e postos de trabalho. O governo deveria tomar uma atitude, buscar um equilíbrio na política ambiental e nos incentivos. Deveria, ainda, reduzir o ICMS ou zerá-lo para a agricultura familiar situada nas regiões mais carentes do Estado. Essa seria uma forma de compensação. O Norte de Minas deve ser compensado por esse passivo ambiental que o Triângulo deve ao Estado. Desmataram tudo. Nós, que estamos com 60% das áreas preservadas, pagamos o preço do desenvolvimento de regiões mais ricas. Essas regiões deveriam subsidiar o que temos de mata no Norte de Minas. Os produtores deveriam receber por isso.

Padre João, tenho um projeto na Casa que resolve esse problema. É o Eco Crédito, que poderia ser subsidiado pelo governo. Já que as pessoas não podem mexer em suas propriedades, têm que deixar as matas crescerem, o Norte de Minas tem que ser a Amazônia do Estado, o governo tinha que aprovar o meu projeto que tramita nesta Casa para pagar por isso. Se a pessoa tem mil hectares preservados, deve receber por isso. Se tem 100 hectares preservados, deve receber pelos 100 hectares preservados. Isso deve ser feito. Não dá para a região mais pobre do Estado pagar a conta para que os grandes usineiros do Triângulo continuem produzindo muito álcool, muito açúcar, o que gera grande riqueza. Não sou contra o desenvolvimento da região, mas o Norte não pode pagar o preço do desenvolvimento do Triângulo. O tempo todo produzimos mão-de-obra barata. Tiramos as pessoas do Norte de Minas para que fiquem em subempregos no Triângulo. Temos condições de trabalhar em nossa região. O Norte de Minas tem terras boas, tem sol, tem água, tem pessoas dispostas a trabalhar. Falta o governo querer ajudar. Até o projeto Jaíba, onde o governo investiu R\$2.000.000.000,00, está jogado e pronto para produzir. O governo gastou esse horror de dinheiro e depois mandou o IEF para dizer que não se pode mais plantar no Projeto Jaíba. Não podemos aceitar isso.

O Deputado Padre João* - Obrigado, Deputado Paulo Guedes. Em relação à mata seca, hoje já existe uma lei, que é ignorada pelo governo. Houve emenda desta Casa dando destinação social às áreas de assentamento de reforma agrária. Entretanto, o governo ignora a lei e não concede a licença para o desmate nessas áreas. O interessante é que o desmate para a montagem de grandes empresas é autorizado. O problema não está na equiparação à mata atlântica. A raiz do problema está em não se considerar de interesse social as áreas destinadas à reforma agrária, o que já é lei em Minas Gerais, e a emenda é minha. Hoje isso já é lei. Por que o Governador não vetou o projeto de lei? Se não fez isso, hoje já é lei e tem de ser respeitado. O Sisema e, sobretudo, o IEF devem respeitar a lei. Nas áreas onde serão montadas as grandes indústrias para a Codemig, está autorizado o desmate da mata atlântica, como aconteceu em Congonhas, em Jeceaba e na região de São Brás, sem contar as áreas para construção das grandes hidrelétricas, onde são desmatadas não somente a mata atlântica, mas também as áreas de preservação permanente. Tudo vai ao chão, quando não inundam as áreas ocupadas pelas árvores, o que é outro crime. O problema é que o governo não tem compromisso com os mais pobres e com quem, de fato, quer dar destinação social à terra. O governo mineiro quer e está conseguindo amarrar a reforma agrária, para dizer que o Presidente Lula não faz isso. Estão fazendo isso. Da mesma forma que perseguem a minha pessoa - e estão conseguindo me prejudicar -, estão fazendo isso com o governo federal. Dizem que o governo não faz reforma agrária, mas não faz porque o IEF não concede licença ambiental e porque o Incri, que é ligado ao governo federal e é o órgão responsável pela reforma agrária, não pode atropelar as decisões desse instituto. Embora seja o Incri que faz reforma agrária, quem concede licença para o desmate é o IEF, ligado ao governo do Estado. E foi decisão do governo não conceder essa licença, mesmo já havendo a lei estadual que considera de interesse social as áreas destinadas a reforma agrária. A Constituição é clara ao especificar as áreas de interesse social e público, mas há uma exceção, e ocorre a autorização para o corte, sobretudo nas áreas citadas pelo Deputado Paulo Guedes, onde o desmate já havia sido total e, em três ou quatro anos, sofreu regeneração. A área de preservação permanente é sagrada, e a área de reserva legal já está também demarcada.

Estamos falando da área destinada a agricultura, ou seja, a área agricultável. Essa área, propriedade ou fazenda, que era desapropriada e parcelada para atender a 80 famílias, passou a atender a 6 ou 10 famílias. Quem amarra isso e está conseguindo prejudicar o governo federal e o Incri? Quem faz isso é o governo do Estado, somente para difamar o governo federal e dizer que ele não faz reforma agrária. Governador, na verdade o prejudicado não é o Presidente Lula, mas os trabalhadores e as trabalhadoras, que sempre sonharam em ter a própria terra para trabalhar com dignidade. Esses pobres estão sendo prejudicados. O governo do Estado está conseguindo prejudicar os pobres e os trabalhadores, e não o Presidente Lula, que é conhecido internacionalmente como a grande liderança mundial, e não somente nacional. O governo do Estado está alcançando os seus objetivos quando amarra e ignora uma lei estadual votada aqui e sancionada pelo Governador, que reconhece como sendo de interesse social áreas destinadas à reforma agrária.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Questão de Ordem

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, percebendo que não há quórum para a continuação dos trabalhos, peço a V. Exa. que encerre, de plano, a reunião.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que amanhã, dia 25, haverá reunião extraordinária, às 9 horas.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007 NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 2/10/2007

Às 14h25min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fahim Sawan, Ivair Nogueira, Weliton Prado e Gustavo Valadares (substituindo este ao Deputado Leonardo Moreira, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fahim Sawan, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Ivair Nogueira). O Presidente suspende os trabalhos por 5 minutos para a lavratura da ata desta reunião. Reabertos os trabalhos, o Presidente dispensa a leitura da ata, dá-a por aprovada e solicita aos membros que a subscrevam. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para próxima reunião extraordinária, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2010.

Fahim Sawan, Presidente - Lafayette de Andrada - Ivair Nogueira.

Ata da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 24/3/2010

Às 16h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Patrus Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Costa (substituindo o Deputado Inácio Franco, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Délio Malheiros e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Suspende-se a reunião. Às 19h21min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Zé Maia, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Patrus Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Costa (substituindo o Deputado Inácio Franco, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também os Deputados Domingos Sávio, Sávio Souza Cruz e Weliton Prado. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.147/2010 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública (relator: Deputado Agostinho Patrus Filho); 4.384/2010 com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Zé Maia); 4.386/2010 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. O Deputado Antônio Júlio se retira da reunião. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Zé Maia, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.387/2010 com as Emendas nºs 1 a 9, da Comissão de Constituição e Justiça, e pela rejeição das Emendas nºs 10 a 12, da Comissão de Administração Pública, são apresentadas as Propostas de Emenda nºs 1, do Deputado Sargento Rodrigues, e 2 a 12, do Deputado Weliton Prado. O Deputado Adelmo Carneiro Leão apresenta requerimento de votação destacada das Propostas de Emenda nºs 3 e 4. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo as proposta de emenda. Submetidas a votação, são rejeitadas as Propostas de Emenda nºs 1, 2, 5 a 12. Submetidas a votação, cada uma por sua vez, são rejeitadas as Propostas de Emenda nº 3 e 4, registrando-se o voto contrário do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Sebastião Costa, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.388/2010 com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 5, da Comissão de Administração Pública, são apresentadas as Propostas de Emenda nºs 1 e 2 pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão. Após discussão e votação é aprovado o parecer, salvo as propostas de emenda. Submetidas a votação, são rejeitadas as propostas de emenda, registrando-se o voto contrário do Deputado Adelmo carneiro Leão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as reuniões extraordinárias do dia 25/3/2010, às 10 horas, às 14h30min e às 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2010.

Zé Maia, Presidente - Agostinho Patrus Filho - Inácio Franco - Lafayette de Andrada.

Ata da 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 25/3/2010

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Agostinho Patrus Filho, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sebastião Costa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e faz a leitura da comunicação do Deputado Jayro Lessa em que justifica sua ausência na reunião por motivo de força maior. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente retira da pauta os Projetos de Lei nºs 4.387 e 4.388/2010 por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2008 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Lafayette de Andrada). Suspende-se a reunião. Às 11h16min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Zé Maia, Inácio Franco, Lafayette de Andrada e Sebastião Costa (substituindo o Deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação do BPS). Após discussão e votação são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.417/2009

(relator: Deputado Agostinho Patrus Filho); 4.147/2010 (relator: Deputado Inácio Franco); 4.384/2010 (relator: Deputado Zé Maia) e 4.386/2010 (relator: Deputado Lafayette de Andrada), todos na forma do vencido no 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as reuniões extraordinárias de hoje, às 14h30min e às 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2010.

Zé Maia, Presidente - Inácio Franco - Gláucia Brandão - Lafayette de Andrada.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 30/3/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.387/2010, do Governador do Estado, que reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das carreiras do Poder Executivo que menciona e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.144/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 30/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.034/2009, do Deputado Ruy Muniz; 4.138 e 4.143/2010, do Governador do Estado; 4.176/2010, do Deputado Zé Maia; 4.183/2010, do Deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.306/2010, do Deputado Padre João; 4.313/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; 4.324/2010, do Deputado Ivair Nogueira; 4.341/2010, do Deputado Hely Tarquínio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 30/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 30/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 558/2007, do Deputado Padre João.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.761/2009, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.699 e 5.700/2010, da Comissão de Direitos Humanos; 5.744/2010, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 30/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.619/2010, do Deputado Dimas Fabiano; 5.627/2010, do Deputado Ruy Muniz, da Deputada Ana Maria Resende e dos Deputados Gil Pereira, Arlen Santiago, Paulo Guedes e Carlos Pimenta; 5.628/2010, do Deputado Ruy Muniz, da Deputada Ana Maria Resende e dos Deputados Gil Pereira, Arlen Santiago, Paulo Guedes e Carlos Pimenta; 5.665/2010, do Deputado Weliton Prado; 5.669/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; 5.672/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; 5.688/2010, do Deputado Weliton Prado; e 5.711/2010, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 30/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.950/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 4.106/2009, do Deputado Zezé Perrella.

Requerimentos nºs 5.654/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.679/2010, do Deputado Sávio Souza Cruz; 5.697, 5.698 e 5.747/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno,

convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 30/3/2010, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 4.144/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências; e 4.387/2010, do Governador do Estado, que reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das carreiras do Poder Executivo que menciona e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 29 de março de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fahim Sawan, Antônio Genaro, Delvito Alves e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/3/2010, às 9 horas, na Faculdade de Letras da UFMG, no Campus da Pampulha, com a finalidade de obter, em audiência pública com convidados, esclarecimentos sobre denúncias de violação de direitos humanos e criminalização do movimento de estudantes da UFMG e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de março de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Juninho Araújo, Getúlio Neiva, Marcus Pestana e Paulo Guedes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/3/2010, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer Para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.824/2008, do Deputado Paulo Guedes, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de março de 2010.

Gláucia Brandão, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.696/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.696/2009, de autoria do Deputado Leonardo Moreira, que declara de utilidade pública a Associação do Bairro Jardim Panorama, com sede no Município de Alpinópolis, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.696/2009

Declara de utilidade pública a Associação do Bairro Jardim Panorama, com sede no Município de Alpinópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação do Bairro Jardim Panorama, com sede no Município de Alpinópolis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucar, relator - Dimas Fabiano.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 4.022/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.022/2009, de autoria do Deputado Fábio Avelar, que declara de utilidade pública o Núcleo Comunitário dos Amigos de Rio Espera - Nucare -, com sede no Município de Rio Espera, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.022/2009

Declara de utilidade pública o Núcleo Comunitário dos Amigos de Rio Espera - Nucare -, com sede no Município de Rio Espera.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Núcleo Comunitário dos Amigos de Rio Espera - Nucare -, com sede no Município de Rio Espera.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Dimas Fabiano.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 4.029/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.029/2009, de autoria do Deputado Walter Tosta, que declara de utilidade pública a Associação de Amigos Pró-Melhoramentos do Bairro Primeiro de Maio, com sede no Município de Ouro Branco, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.029/2009

Declara de utilidade pública a Associação de Amigos Pró-Melhoramentos do Bairro Primeiro de Maio, com sede no Município de Ouro Branco.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amigos Pró-Melhoramentos do Bairro Primeiro de Maio, com sede no Município de Ouro Branco.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano, relator - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 4.043/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.043/2009, de autoria da Deputada Maria Tereza Lara, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Jesus é a Esperança, com sede em Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.043/2009

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Jesus é a Esperança, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Jesus é a Esperança, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano, relator - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 4.046/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.046/2009, de autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural da Tenda Moreno, com sede no Município de Uberlândia, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.046/2009

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural da Tenda Moreno, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural da Tenda Moreno, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano, relator - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 4.048/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.048/2009, de autoria do Deputado José Henrique, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Frei César, com sede no Município de Mantena, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.048/2009

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Frei César, com sede no Município de Mantena.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Frei César, com sede no Município de Mantena.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano, relator - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 4.054/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.054/2009, de autoria do Deputado Tiago Ulisses, que declara de utilidade pública a entidade Projeto Assistencial Beneficente Crescer, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.054/2009

Declara de utilidade pública a entidade Projeto Assistencial Beneficente Crescer, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Projeto Assistencial Beneficente Crescer, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano, relator - Ademir Lucas.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

19ª reunião ordinária da 4ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 23/3/2010

O Deputado Doutor Rinaldo Valério - Sr. Presidente, caros Deputados e Deputadas, visitantes que se encontram nas galerias, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde. É um prazer voltar a esta tribuna para falar de um assunto que nos interessa bastante. O Governador Aécio Neves envia a esta Casa projeto de lei que amplia a licença maternidade de 120 para 180 dias.

Em outubro de 2007, por nossa iniciativa e com o apoio da bancada feminina, entrou nesta Casa o Projeto de Lei nº 31/2007, que aumentava a licença-maternidade para 180 dias. Durante os pareceres e a tramitação do projeto, realizamos uma audiência pública, também de nossa iniciativa, trazendo a esta Casa representantes da Secretaria de Saúde, a Dra. Marta Alice, representando o Secretário Marcus Pestana, e a Dra. Maria Tháís, representando a Secretária Renata Vilhena.

Nessa audiência pública, tivemos o prazer de ouvir todos os representantes de autoridades, enfim, todos se posicionaram favoráveis a esse projeto de lei, de nossa autoria, que estende a licença-maternidade para 180 dias. Nessa audiência contamos com sua presença, que, como pediatra, fez questão de usar a palavra e falar da importância do contato da mãe com a criança durante seis meses, bem como do aleitamento materno nesse período. O leite materno não é apenas alimento para a criança mas também fonte de vacina, já que protege o recém-nascido de várias doenças.

Como disse, foi uma audiência de muito sucesso. Aliás, gostaria de ler o pronunciamento da Dra. Marta Alice Venâncio Romanini, que disse: "Realizamos uma reunião na Secretaria, para que trouxéssemos uma posição institucional. Estamos representando o Secretário Marcus Pestana. Estivemos reunidos com a Subsecretária, e a posição da Secretaria em relação a essa proposta é de inteiro apoio." Ouvimos também o pronunciamento da Dra. Marta Tháís, representante da Secretária Renata Vilhena, que disse: "Acho que a discussão de mérito está vencida, e isso é fundamental. É um amadurecimento da sociedade, que tem de arcar, mesmo, com o custo da mulher no mercado de trabalho. Isso é indiscutível. Chamo atenção apenas para a questão da forma como isso se dará." Ouvimos também o nosso Vice-Presidente, Deputado Doutor Viana, que também foi favorável ao nosso projeto de lei, que estende a licença-maternidade para 180 dias. O Governador Aécio Neves também falou da importância disso não apenas para a mãe, mas principalmente para a criança. A criança tem o direito de ficar junto à mãe durante esses seis meses e com isso terá um grande ganho em sua formação psicológica. Portanto isso não significa gasto com a mãe, mas um investimento que estamos fazendo nas crianças, a fim de que cresçam mais saudáveis.

Durante dois anos dessa iniciativa, realizamos audiência pública, movimentamos esta Casa, e hoje vemos esse sonho realizado com o posicionamento assumido pelo Governador Aécio Neves. Queremos lembrar que o nosso projeto de lei iniciou-se antes de o governo federal conceder a extensão para 180 dias da licença-maternidade para servidoras públicas federais. A nossa iniciativa se deu em 2007.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Primeiramente gostaria de cumprimentar V. Exa. pelo tema relevante que traz para os mineiros. Há milhares de servidoras públicas no Estado de Minas Gerais. V. Exa. deve ter acompanhado o posicionamento deste Deputado, que cobrou dessa tribuna que o Governador enviasse esse projeto. Quero, de público, parabenizar V. Exa. pela iniciativa inovadora e brilhante. Obviamente, sua formação acadêmica em medicina, bem como a formação do nosso pediatra, Deputado Doutor Viana, citado por V. Exa. em seu pronunciamento, fazem com que tenham um olhar técnico, clínico, de médico, para compreender a importância que essa licença tem não apenas para a mãe, mas especialmente para a criança. A Constituição da República, nos arts. 226 e 227, e o Estatuto da Criança e do Adolescente determinam tratamento com absoluta prioridade às crianças. Do ponto de vista da questão pública, isso era algo imprescindível. Tivemos aqui, Doutor Rinaldo, a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 53. Tive a grata satisfação de ser autor da emenda que trata da alteração do Estatuto dos Militares, garantindo a prorrogação da licença-maternidade das policiais e bombeiras militares, mas com uma vinculação: apenas a partir do momento em que for concedida também às servidoras do Poder Executivo. Portanto, mais uma vez, V. Exa. está de parabéns, pois foi inovador, pioneiro.

Participei de uma audiência pública em que pedimos que o projeto não sofresse parecer contrário quanto a vício de iniciativa ou a outro aspecto de juridicidade ou constitucionalidade. Solicitamos que ele fosse baixado em diligência exatamente no propósito de sensibilizar o governo.

Parabéns a V. Exa. Esse projeto chega em boa hora. Posso-lhe afirmar que as policiais, as bombeiras e as demais servidoras civis - acredito que V. Exa. tem sido muito consultado e provocado por elas - estavam esperando isso há muito tempo. Mais uma vez V. Exa. demonstra seriedade e compromisso no exercício do mandato, no encaminhamento de uma matéria tão brilhante para as nossas queridas servidoras do Poder Executivo, que tanto aguardavam essa mensagem do Governador. Parabéns.

O Deputado Doutor Rinaldo Valério - Muito obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. Somos testemunhas do seu trabalho em defesa não só da classe dos militares, mas de todos os funcionários do Estado, e também do seu empenho para que a licença fosse estendida para 180 dias. Toda a Casa o apoiou, V. Exa., por várias vezes, fez uso da palavra em defesa da questão, e hoje somos coroados por essa medida do Governador.

O Governador foi muito sensível a todos os nossos pronunciamentos nesta Casa - do seu, do nosso e da Comissão de Saúde. Mais uma vez, queremos agradecer ao Governador tornar-se sensível a uma questão de grande importância para Minas Gerais. Sabemos que com essa medida teremos melhores cidadãos. A criança, ao ter cuidado e carinho mais permanentes da mãe, com certeza será um cidadão melhor no futuro. Hoje nosso Governador faz com que Minas Gerais entre no rol dos Estados que têm a prorrogação da licença-maternidade para 180 dias, com nossa iniciativa nesta Casa.

Relembro que o primeiro pronunciamento feito nesta Casa foi em outubro de 2007, para estendermos essa licença, explicando a necessidade técnica e científica desse contato íntimo da criança com sua mãe, da alimentação do leite materno. Agradecemos a todos que compareceram à audiência pública realizada em julho do ano passado. Contamos com pessoas interessadas e entendidas do assunto que, por unanimidade, fecharam a pauta de que a licença-maternidade tinha de ser estendida. Enfim, com esse passo do Governador, conseguimos resolver de vez a questão, pois mandou a esta Casa um projeto de lei complementar. Tenho certeza de que esse passo é justo, assim como o aumento de 10% a todos os funcionários do Estado. Trata-se de um bom aumento. Quem dera o Estado pudesse dar aumento maior ainda aos nossos funcionários, que precisam dele. Esse aumento chega em boa hora e ameniza os problemas que muitos têm na parte financeira. Ressalto a sensibilidade do Governador ao aumentar em 10% o salário dos servidores, mas, principalmente, de aumentar a licença-maternidade, que é

um ganho para todas as funcionárias públicas em idade fértil. Ao terem seus filhos, elas não terão que interromper o aleitamento materno para voltar a trabalhar. Antes dos seis meses, acontecia um corte dramático no aleitamento materno.

Sr. Presidente, quero lembrar ainda que estamos conseguindo espaço nesta Casa para realizar o III Divinópolis Mostra Arte e Cultura. Já realizamos esse evento em anos anteriores. Agora será a terceira vez que Divinópolis virá a esta Casa mostrar o que seus artistas e o povo ligado à cultura fazem para o bem da nossa cidade de Divinópolis e a região Centro-Oeste. Quero pedir ao Presidente da Casa conceder-nos a data de sempre, na primeira semana de junho, no aniversário de Divinópolis, porque esse evento já faz parte do calendário das festividades da cidade.

Mais uma vez, agradeço ao nosso Governador a licença-maternidade de 180 dias, iniciativa nossa nesta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Paulo Guedes*- Cumprimento o Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente e todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia em diversas cidades de Minas Gerais. Volto à tribuna hoje, Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, para, mais uma vez, fazer uma cobrança pública sobre a morosidade da Cemig e a falta de vontade na execução do programa Luz para Todos. A Cemig tem velocidade para fazer propaganda, como se vê toda hora que se liga a televisão. Quem está aqui em Belo Horizonte imagina que todas as pessoas que estão no Norte de Minas já receberam a luz, já foram beneficiadas pelo programa, o que não é verdade, está apenas na propaganda da televisão. Por sinal, propaganda mentirosa, em que dizem que 77% dos recursos para o programa são bancados pelo governo do Estado, o que também não é verdade. É o contrário; esse valor é bancado pelo governo federal.

Porém, não entrando nessa polêmica, todos já sabem da idealização do programa, de onde vêm os recursos, da determinação do Presidente Lula, dos convênios assinados pelo governo de Minas com o governo federal, com o Ministério de Minas e Energia. Enfim, tudo isso já está documentado. O dinheiro já foi repassado à Cemig. Vimos aqui hoje fazer a cobrança para a execução do programa. O Governador esteve em Montes Claros e anunciou que o programa iria sair do papel, mas as coisas não estão andando. Lá há postos artesanais que foram perfurados há quatro anos, já equipados, e a energia não chega. Hoje mesmo recebi telefonema do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacambira, que está com um fabriqueta pronta há quatro anos para ser inaugurada, e a Cemig não liga a energia. E assim está em toda região.

Estive nesse final de semana na minha terra natal, São João das Missões, onde recebi cobrança por parte do Prefeito José Nunes, do Vice-Prefeito Zé Biriba, dos Vereadores, das lideranças indígenas. Há mais de 700 ligações prometidas há quatro anos, e a Cemig não faz a execução do Luz para Todos na reserva indígena dos índios xacriabás. Dos postos artesanais em São Francisco, dos quais eu falava há dois anos, eles só ligaram a metade. Na nossa região há postos artesanais equipados há cinco anos, sem energia elétrica. E a propaganda na televisão não para. Toda hora que se liga a TV, no horário nobre, há propaganda da Cemig dizendo que é a melhor companhia de energia do Brasil, mas esquecem-se de falar que é a energia mais cara do mundo, e de má qualidade. A energia não está chegando, por exemplo, ao Norte de Minas com qualidade. Hoje, qualquer Prefeitura dessa região que resolve comemorar o aniversário da cidade ou fazer uma festividade tem de alugar gerador. Isso porque a energia de lá não suporta ligar um som, há uma fragilidade imensa. Presenciei um fato como esse há 15 dias em Varzelândia, numa festa na cidade. Quando a banda Mastruz com Leite ia tocar, a energia caía. Tiveram de improvisar e alugar, no dia seguinte, um gerador. E assim tem sido em todas as regiões do Estado.

Então, vim aqui hoje para novamente fazer essa cobrança, para que a Cemig cumpra os compromissos assumidos com o governo federal, que já repassou os recursos.

Está aqui o convênio, assinado no dia 11/8/2008, pelo Ministro Edson Lobão, pelo Governador Aécio Neves, pelo Presidente da Cemig, Djalma Bastos de Moraes, e pelos demais Diretores, pelo Diretor-Geral da Aneel. Os recursos foram repassados ao Estado. Era para fazer 25 mil ligações em 2008 e 30 mil em 2009, mas até hoje esse total de 55 mil ligações não saiu do papel. Está clara aqui no convênio a fonte dos recursos. O Ministério das Minas e Energia e a Eletrobrás entraram com 40% de subvenção, mais 34% de financiamento a fundo perdido; o governo do Estado, com 11%; e o agente executor, a Cemig, com 15%. Então, esse contrato aqui, assinado pelo governo, desmente as propagandas de televisão. Parece que, quando se assiste pela televisão àquela propaganda bonita, o problema foi solucionado. Estamos só na propaganda, e a energia não está chegando à ponta, para as pessoas que precisam dela, que querem realizar os seus sonhos. Há pessoas dizendo, no Norte de Minas, que morrerão e não verão a energia. O convênio foi assinado em 2008 e já estamos em 2010.

A mesma velocidade que a Cemig tem para fazer investimentos nas Bolsas de Valores para prestigiar os megainvestidores, para adquirir outras companhias hidrelétricas em outros Estados e até mundo afora poderia ser aplicada aqui, mas ela se esquece do seu verdadeiro dono, que é o povo de Minas Gerais, que paga a conta em dia, a mais cara do Brasil e uma das mais caras do mundo. O povo não está tendo retorno. Aqui a Cemig não está fazendo favor a ninguém, pois está recebendo os recursos do governo federal, que já pagou, aliás. O dinheiro está na conta desde 2008, mas a Cemig não faz as ligações. Ela recebe do governo para ligar e vender energia. Ela não dará nada a ninguém, pois, a partir do momento em que a pessoa recebe a energia, começa também a receber as contas, a pagar por isso.

Se, com todos esses incentivos do governo federal, a Cemig se presta a esse papel de atrasar, de não se "lixar" para as populações mais pobres do Estado, imaginem se não houvesse o programa Luz para Todos. Onde estaríamos em Minas Gerais?

Já foram feitas 210 mil ligações. Faltam mais de 70 mil no Norte de Minas. O governo assinou, como disse, um convênio em 2008, repassando o dinheiro, mas as ligações não chegam. Todos os dias inventam uma desculpa. Já fizemos audiência pública, já falamos diversas vezes nesta tribuna, mas os poços artesanais daquelas comunidades continuam sem energia, as escolas de comunidades rurais da mesma forma, as fabriquetas, aliás com recursos liberados por meio do PCPR, continuam sem funcionar, estão sem energia. Há muitos programas parados no Norte de Minas por falta de energia nas comunidades rurais, em programas, até, do próprio governo do Estado.

Alguém tem de tomar providências. O Governador está saindo, vai afastar-se, mas, antes do seu afastamento, que tome essa providência. Não dá mais para esperar.

Estive viajando pela região e fiquei abismado com o que vi. Em Arinos há 1.800 famílias ainda aguardando o Luz para Todos; em Janaína temos mais de 2.500 famílias; em São João das Missões, mais de 800 famílias, 700 só na reserva indígena. O mesmo ocorre em Manga, em São Francisco, em Itacambira, em Bonito de Minas, em Jequitaiá, em Buritizeiro, em Janaúba, em Jaíba, em Salinas, enfim, na região inteira. Então, é preciso que a Cemig tome providências, não tenha apenas essa visão atrasada de seus Diretores, que só pensam em ganhar dinheiro e lucrar na Bolsa de Valores. Uma empresa que está lucrando mais de US\$2.000.000.000,00 todo ano se esquece do social, até mesmo quando há subsídios, porque esse programa é todo subsidiado pelo governo federal. Está pagando para a Cemig ligar e vender energia para o povo. E, nem assim, o governo do Estado toma providências, e a Cemig faz a sua parte.

Portanto, mais uma vez estamos aqui cobrando do Presidente Djalma Moraes, que ele se levante da cadeira e tome uma atitude, pois as pessoas estão cansadas de ser enganadas. As pessoas da região que veem aquela propaganda na televisão ficam indignadas. Parece que estamos vivendo no mundo das maravilhas, e, na verdade, pessoas estão passando necessidade nos quatro cantos do Estado, no Vale do Jequitinhonha, no Vale do Mucuri, no Norte de Minas e no Noroeste, ou seja, o programa está patinando nessas quatro regiões. Ele só funcionou bem no Sul de Minas, onde a concessionária não é a Cemig, por isso, já há 100% de energia.

Por que não interessa à Cemig fazer as ligações nas comunidades rurais? Por que a Cemig prefere apenas vender energia aos ricos? Será que os produtores rurais, os pequenos agricultores e as pessoas de bem e que trabalham incansavelmente para sustentar este Estado não têm direito à energia elétrica?

Então, Sr. Presidente, fica aqui a nossa indignação e a nossa cobrança, que o Governador Aécio Neves e o Vice-Governador Anastasia se levantem da cadeira e tomem atitude. O que não dá é ficarmos todos os dias assistindo a propaganda enganosa na televisão e as pessoas continuando sem receber benefício que já foi pago pelo governo federal, pelo Presidente Lula. Vimos aqui fazer essas cobranças e dizer que estamos atentos. Vamos continuar cobrando, sim. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Cumprimento o Sr. Presidente, as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados. Sr. Presidente, hoje pela manhã as bancadas estadual e federal do DEM participaram de uma audiência com o Governador Aécio Neves na Cidade Administrativa, para tratarmos de assuntos diversos e para conversarmos a respeito de política, dos cenários estadual e nacional. Antes de iniciarmos a conversa, que, por sinal, foi muito proveitosa, o Governador nos trouxe uma notícia, tenho a certeza de que os que ainda não a conhecem ficarão revoltados, angustiados com ela. O Governador nos deu a péssima notícia de que a Agência Nacional de Aviação Civil - Anac -, desrespeitando a vontade majoritária e, por que não?, unânime do governo do Estado de Minas Gerais, dos seus representantes na Assembleia Legislativa, dos seus representantes na Câmara Federal e da população da nossa Capital, voltou a liberar, a partir de hoje, os voos no Aeroporto da Pampulha para aviões comerciais com mais de 100 passageiros, com o único objetivo de atender ao "lobby", à pressão de uma nova companhia aérea recém-criada no País. Mesmo antes de sua fundação, essa companhia já pressionava o governo federal, o Ministro da Defesa e a Sra. Presidente da Anac para poderem realizar voos do Aeroporto da Pampulha para outras Capitais do País.

Mais uma vez, a Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, o Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro da Defesa, Néelson Jobim, e a Presidente da Anac, Solange Vieira, vão contra o interesse da população de Minas Gerais e, em especial, da população da nossa Capital, da nossa Belo Horizonte.

Relembrando a todos os mineiros: a Portaria nº 993, de 17/9/2007, da Anac, trata, no "caput" do art. 1º, da utilização dos aeroportos situados nas áreas de controle terminal de Belo Horizonte. Conforme o § 2º, o Aeroporto de Belo Horizonte, ou melhor o Aeroporto da Pampulha, nominado Carlos Drummond de Andrade, tem a vocação de atender às linhas áreas domésticas regionais com origem ou destino nele, visando a estimular a ligação de cidades de Minas Gerais e dos Estados limítrofes. As linhas áreas domésticas somente poderão ser operadas por aeronaves com capacidade até 50 passageiros, Deputado Paulo Guedes. Essa é uma portaria de 17/9/2007.

Em 14/8/2008, solicitada pelo Deputado Alberto Pinto Coelho, foi criada a Comissão Especial dos Aeroportos, e o Deputado Fábio Avelar, aqui presente, de forma brilhante, tão bem a conduziu. Este parlamentar era Vice-Presidente dessa Comissão. Naquele momento, no início de 2008, começava esse trabalho, logo após a portaria publicada pela Anac. Isso porque já havia boatos e notícias de que a própria Anac estava prestes a entrar em contradição com a sua portaria, uma vez que ela liberaria os voos por conta de pressão de uma nova empresa de aviação que estava sendo criada, a Azul Linhas Áreas. Por pressão dessa agência, os voos voltariam a ser liberados entre Capitais, com aviões acima de 100 passageiros para o Aeroporto da Pampulha, contrariando a vontade do governo do Estado, a vontade dos representantes da população de Minas Gerais, a vontade da população mineira e até as decisões da Secretaria de Meio Ambiente, que, de forma muito clara, já deixaram explícito que o Aeroporto da Pampulha não comporta voos de aviões com mais de 70 passageiros.

Contrariando tudo isso, já em 2008 houve boatos e notícias de que essa liberação ocorreria. De forma brilhante, o Deputado Fábio Avelar conduziu os trabalhos da Comissão Especial dos Aeroportos. Chegamos a algumas conclusões: em breve concederei aparte aos Deputados Fábio Avelar e Paulo Guedes, mas, antes, gostaria de registrar o conteúdo do relatório final da Comissão dos Aeroportos, que tenho em mão. Na pág. 17, o relatório final retrata, em uma das audiências, que a Infraero declarou que o Aeroporto da Pampulha tem vocação de aeroporto regional e que assim deve trabalhar. São essas as palavras do representante da Infraero, em audiência com a Comissão Especial dos Aeroportos. Em seguida, o representante da Anac disse que de forma alguma a Agência deseja trabalhar contra esse modelo integrado de acesso aeroviário e de investimento estadual. Declarou também que, de acordo com a capacidade da Pampulha, nem a Infraero nem a Anac podem liberar voos além dos que lá já estão autorizados. Estavam autorizados voos com até 50 passageiros, nem um a mais. Tudo isso está aqui. É público e notório para todas as pessoas que quiserem ver e ter acesso. A Portaria nº 993, de 17/9/2007, da Anac, trata dessa questão. A Comissão dos Aeroportos concluiu o seu trabalho no dia 12/9/2008. O governo federal, mais uma vez, desrespeita a população mineira, o governo de Minas e a vontade da população belo-horizontina passando por cima de todos e, de forma truculenta, libera, por pressão de grandes companhias, a aviação para mais de 100 passageiros, mais uma vez, no Aeroporto da Pampulha.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Deputado Gustavo Valadares, em primeiro lugar quero concordar em grande parte com o que V. Exa. falou. Quero também protestar contra essa atitude da Anac, que, de fato, é um retrocesso: trazer grandes voos para o Aeroporto da Pampulha. No entanto, discordo de V. Exa. quando diz que isso foi determinação do Presidente Lula e da Ministra Dilma. No caso, V. Exa. está entrando em outra esfera política, partidária e eleitoral. Até porque a Anac é uma agência independente, uma agência reguladora como a Anatel e outras que foram criadas no governo Fernando Henrique. Essas agências só servem para aumentar passagens, contas de água e de luz e não defendem o consumidor em nada. Elas têm autonomia de direção. Não tem Lula, Dilma, Aécio ou ninguém que mande nelas, não. Tanto é que os membros nomeados para essas agências não podem ser retirados nem pelo Presidente da República. Elas têm total autonomia. Temos de começar a discutir a criação dessas agências, que têm superpoderes, com gente com altos salários que estão engordando à custa do povo brasileiro. Eles tomam atitudes que estão acima de tudo, da lei. São intocáveis porque nem o Presidente da República, nem o STF, ninguém pode mexer nessas agências. Foi essa a herança que o Fernando Henrique nos deixou. Então, nem Lula, nem Dilma, nem Aécio podem mexer. O Aécio está sendo vítima dessa herança maldita que são as agências reguladoras, que não regulam nada. Pelo contrário, regulam, sim, com o preço para cima, para punir o consumidor. É isso que a Anatel, a Anac e tantas outras agências fazem todo dia com a população brasileira. Em Minas Gerais criaram agora a Agência das Águas, que, em sua primeira atitude, autorizou a Copasa a aumentar as contas de água. Estou de orelha em pé com essas agências porque elas têm muita autonomia. Não podemos aproveitar este momento para culpar o Presidente Lula ou a Ministra Dilma, porque não têm nada a ver com isso. E muito menos o Governador.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Inicialmente, Deputado Gustavo Valadares, cumprimento-o por trazer a esta tribuna este assunto tão importante, que chocou a todos nós, mineiros, e a todos nós, brasileiros. Essa questão dos aeroportos vem sendo debatida desde 2004, quando estudamos profundamente o problema. Na época, tivemos o apoio de todos os Deputados, quando verificamos que envolvia um problema seriíssimo de segurança no Aeroporto da Pampulha para as aeronaves de grande porte. Na época, ficou demonstrada claramente a impossibilidade de o aeroporto operar com aeronaves com capacidade superior à determinada pela Portaria nº 993, citada por V. Exa. Tivemos uma vitória. Conseguimos a transferência dos voos para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves. A partir dali, começamos a estar vigilantes. Sempre vinha à tona a vontade de grupos econômicos em fazer retornar os voos à Pampulha. No final do ano passado, quando apresentávamos o nosso relatório aqui através de uma nova comissão que foi criada a requerimento do nobre Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, reafirmamos, mais uma vez, a impossibilidade do retorno dessa atividade. Isso ficou claramente demonstrado por todos os depoimentos de todos os segmentos ali representados na oportunidade. Mas, graças a Deus, tivemos uma iniciativa que foi aprovada pela Mesa, pelo nobre Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, que foi envolver de uma maneira definitiva a Secretaria de Meio Ambiente, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal. Hoje temos de estar vigilantes, mas não podemos deixar de informar à sociedade, e até mesmo à Anac e à Infraero, que o Aeroporto da Pampulha não pode operar com aeronaves superiores às determinadas pela Portaria nº 993, sob pena de o aeroporto ser interdito. Então, aproveitando esta oportunidade, repercutiremos isso aqui durante toda a semana e nas próximas também, porque hoje o Ministério Público, por meio de um termo de ajustamento de conduta - TAC - firmado, impediu que o Aeroporto da Pampulha operasse com essas aeronaves. Assim, temos de estar vigilantes aqui. Alertamos o Ministério Público Estadual, o

Ministério Público Federal e a Secretaria de Meio Ambiente. Convém salientar, Deputado Gustavo Valadares, que o Aeroporto da Pampulha não tem licenciamento operacional para funcionar. O que a Anac determinou foi um absurdo. Temos então de estar vigilantes. Se for o caso, vamos exigir o fechamento do Aeroporto da Pampulha, se ele operar com aeronaves superiores às determinadas pela Portaria nº 993. Obrigado pelo aparte e cumprimento-o por trazer a esta Casa, para debate, assunto tão importante para todos nós.

O Deputado Gustavo Valadares* - Agradeço ao Deputado Fábio Avelar. Contraponho-me ao Deputado Paulo Guedes: quem nomeou a Presidente da Anac foi o Presidente Lula, com seu Ministro Nelson Jobim e com a participação da Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, na conclusão do relatório da Comissão Especial de Aeroportos, a alínea "f" diz: "A Anac declarou publicamente que, para autorizar voos, observa a capacidade operacional do aeroporto e que o Aeroporto da Pampulha está completamente saturado. Não há possibilidade de expansão do aeroporto, logo não pode liberar voos além dos que já estão autorizados". Perguntaria a qualquer parlamentar desta Casa, fazendo aqui um desafio: quem comprova, nos últimos sete anos, que a Infraero ou o governo federal investiu R\$1,00 que seja no Aeroporto da Pampulha para sua ampliação, que pudesse beneficiar as pessoas que o utilizam? E se esse investimento de R\$1,00 foi necessário para fazer com que ela fosse contra aquilo que foi dito pela própria Agência aqui, cerca de um ano atrás? Não foi, Sr. Presidente.

E já para concluir: o que o governo federal tem feito com Minas é um desrespeito. O Aeroporto Internacional Tancredo Neves, Aeroporto de Confins, necessita urgentemente de investimentos, sob o risco de não conseguir nem mesmo receber de forma digna os estrangeiros que virão para a Copa do Mundo de 2014. E o governo federal, em vez de iniciar os investimentos ali necessários para a expansão do Aeroporto Internacional, cria, junto com a Anac, mais uma aberração que vai contra os interesses da população do Estado, em especial a de Belo Horizonte. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Mosconi - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, inicio minhas palavras saudando o Prefeito de Senador Amaral, Herculano de Freitas, que aqui se encontra juntamente com seu Vice-Prefeito, Eduardo Silvério, e também o Prefeito de Gonçalves, Luiz Rosa, que aqui está, acompanhado do assessor legislativo José Aparecido da Silva. É uma satisfação para nós receber essas autoridades, esses Prefeitos do nosso Sul de Minas.

Sr. Presidente, gostaria de fazer um breve relato a respeito das visitas que o Governador Aécio Neves e o Vice-Governador Antonio Augusto Anastasia fizeram ao Sul de Minas, na última semana. Eles estiveram em importantes cidades da nossa região, como Pouso Alegre, Poços de Caldas, Lavras e Itajubá; na semana anterior, estiveram em Varginha.

Em Pouso Alegre, contamos com a presença de inúmeros Prefeitos, autoridades e lideranças, além de vários parlamentares. Foi realizada reunião na Câmara Municipal, onde o Governador fez um importante pronunciamento, juntamente com o Vice-Governador, mantendo um contato direto com as lideranças. Foram anunciadas obras importantes para a cidade e a região, como o Dique 2, que é uma barragem para contenção das enchentes que ocorrem quase todos os anos, causando muitos problemas à população. Além disso, foi autorizada a construção de um centro de exposições, com características regionais. Em conversa com Prefeitos, ficou evidente que todos estão recebendo benefícios do governo do Estado. Há obras em andamento, umas autorizadas e outras concluídas. O entusiasmo era muito grande.

No dia seguinte, estivemos em Poços de Caldas, onde ocorreu o mesmo. Inúmeros Prefeitos, entre eles Paulo César Silva, o Deputado Federal Geraldo Thadeu, o ex-Prefeito Sebastião Navarro, o Presidente da Câmara, Vereador Marcus Togni, Vereadores e lideranças foram receber o Governador e o Vice-Governador. Houve uma importante reunião política para inauguração do gasoduto, que, sem dúvida alguma, pode mudar o perfil do Sul de Minas nos próximos anos, com a vinda de inúmeras empresas que estavam esperando essa obra para ali se instalarem. O povo estava muito entusiasmado. Foi realmente um momento de muita alegria e festa, porque essa é uma obra importantíssima do governo de Minas Gerais, na qual foram investidos R\$150.000.000,00, atendendo ao trecho de Jacutinga a Poços de Caldas, passando por Andradas, e criando mais dois ramais, um para Andradas, que está funcionando, e o outro para Caldas. Também existe possibilidade de criação de outros ramais que, sem dúvida, beneficiarão a importante região do Sul de Minas.

Caro Presidente, Srs. Deputados, mais que isso, o Governador manifestou disposição em liberar recursos para outras benfeitorias em Poços de Caldas, como a criação de um centro de tratamento oncológico, autorizando a liberação de R\$4.000.000,00, por meio da Secretaria de Saúde. Quero salientar que essa é uma obra não apenas de interesse municipal, mas também regional. Todos sabemos da grande incidência do câncer em nosso Estado. Existe uma dificuldade enorme no seu tratamento, a abordagem da doença é difícil, complexa e cara, envolve profissionais altamente capacitados, exige centros de tratamentos especializados. A própria Secretaria de Saúde divulgou nota informando que, em Minas Gerais, ocorrem, anualmente, aproximadamente 50 mil casos de câncer, entre os quais há pouco mais de 25 mil mulheres e 24 mil homens.

Se somarmos, teremos quantos em 5, 10 anos? Os pacientes se mantêm vivos à custa de tratamentos extremamente demorados, prolongados e dispendiosos para o serviço público de saúde. Se não houver aqui, meu caro Presidente, centros especializados para tratamento, esses pacientes não têm alternativa nem condições de sobreviver. No Sul de Minas, ainda vivemos situação diferenciada para pior, pois nos valíamos muito do Estado de São Paulo para o tratamento dessas doenças de maior complexidade. Infelizmente, durante anos, isso foi acontecendo. Para onde vão hoje - iam, porque agora não vão mais - os pacientes portadores de câncer? Na sua maioria para Barretos, onde há grande centro de tratamento especializado de câncer de altíssima qualidade, ou para Jaú, Ribeirão Preto, Campinas e São Paulo. Por várias razões as portas de São Paulo hoje se fecharam para o tratamento de pacientes provenientes de Minas Gerais, portanto esses pacientes de Minas têm de se valer do nosso Estado.

Com muita sensibilidade, felizmente o governo está criando esses centros de tratamento oncológico por todo o Estado, principalmente na região do Sul de Minas. Há a recente criação do Hospital do Câncer em Passos - o Deputado Antônio Carlos Arantes acompanhou bastante todo este processo - e de centro de tratamento oncológico em Alfenas, Varginha e Pouso Alegre. O governo está aumentando agora, de maneira considerável, o tratamento de oncologia em Poços de Caldas, com a liberação de recursos de R\$4.000.000,00. Isso trará benefício para toda a região do Sul de Minas, que precisa naturalmente ser integrada. Tão logo esse serviço esteja funcionando, a região terá condições de oferecer atendimento de boa qualidade à sua população nesta área tão crucial da saúde, que é exatamente a da oncologia. O Governador ainda autorizou a liberação de recursos de R\$2.000.000,00 para o início de avenida chamada Via Estrutural, que será de grande importância para a infraestrutura de Poços de Caldas.

Meu caro Presidente, essas são as observações que gostaria de fazer. Enalteço e manifesto minha enorme satisfação por essa consideração do Governador Aécio Neves e do Prof. Antonio Anastasia, Vice-Governador, para com a população de Minas Gerais. Neste final do seu governo, o Governador tem percorrido as diversas regiões mineiras para fazer uma espécie de prestação de contas do seu serviço no Estado e agradecer ao apoio que tem recebido por todo o Estado, em demonstração de sensibilidade e reconhecimento extremamente importante para o Estado, que hoje se mostra unido, de forma quase unânime, em torno de sua liderança e da do Prof. Antonio Augusto Anastasia. Neste meu rápido pronunciamento, queria dizer que, naquela oportunidade, o Governador, de maneira geral, expôs também os benefícios que tem feito e o que está trabalhando no Estado, como a ligação asfáltica que todas as cidades do Estado hoje têm e terão até o final deste ano. A telefonia celular está presente em todas as cidades mineiras. Segundo o Governador Aécio Neves - tenho todas as condições para acreditar no que ele disse -, a energia elétrica estará presente em todas as propriedades rurais do Estado até o final deste ano, quando termina seu mandato. No entanto o Prof. Anastasia dará sequência a isso até o final do ano. Portanto os parlamentares que têm algum receio em relação à energia elétrica podem ficar tranquilos, porque o Governador afirmou, de forma categórica, que nenhuma propriedade rural do Estado estará sem energia elétrica até o

final deste ano. São recursos majoritariamente da Cemig; teremos 75% dos recursos da Cemig para esta providência de iluminação rural neste programa tão comentado por todo o Brasil. Portanto teremos energia nas propriedades rurais de todo o nosso Estado.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Carlos Mosconi. V. Exa., que tem vasto conhecimento e trouxe grande contribuição histórica à saúde de nosso país, faz um pronunciamento que chama a atenção de todos.

O Deputado Carlos Mosconi - Muito obrigado.

O Deputado João Leite (em aparte) - V. Exa. faz um levantamento da situação em que se encontram os pacientes mineiros em relação a essa enfermidade que vem alcançando a tantos: o câncer. Acompanho-o, com muito interesse, quando V. Exa. trata desses assuntos, porque V. Exa. o faz com conhecimento e com uma história rica de trabalho prestado ao povo brasileiro. Quero comentar especialmente a parte final do pronunciamento de V. Exa: a questão da iluminação, do Luz para Todos, no qual a Cemig está totalmente envolvida. V. Exa., como Secretário de Estado e Deputado Federal, deparou-se muitas vezes com o desconhecimento total de muitas pessoas sobre Minas Gerais. Lembro-me de que, em algumas reuniões com Secretários e com o governo federal - o governo que está aí, do Presidente Lula e da Ministra Dilma -, eles queriam comparar Minas com outros Estados. Ao se falar em iluminação no campo em outros Estados, compara-se com Minas Gerais, ou se comparam Municípios de outros Estados com Municípios mineiros. Algumas vezes querem comparar o Espírito Santo ou o Rio de Janeiro com nosso Estado. Mas o Espírito Santo tem 78 Municípios; o Rio de Janeiro, 92. Minas tem 853. O Espírito Santo não tem nem 10% dos Municípios de Minas Gerais. Não há possibilidade de comparação. Cada extensão de rede em nosso Estado talvez atravessasse um desses Estados menores do Brasil. Minas fez mais de 210 mil ligações. O esforço que a Cemig vem fazendo é algo impressionante. Mesmo assim, acusaram a Cemig e o governo de Minas de não terem compromisso com o lado social, com a tarifa social. A própria empresa, em convênio com o governo do Estado, iluminou mais de 600 campos de futebol para a prática esportiva, para caminhada, dotando nossa população trabalhadora de lazer no período noturno. Quero então, junto com V. Exa., elogiar o governo do Estado e a Cemig pelo esforço que vêm empreendendo. A população de Minas conhece essa empresa, que pertence ao povo mineiro. Ela cumprirá, não no tempo de outros Estados, porque não há comparação com o nosso país chamado Minas Gerais. Parabéns a V. Exa. Continuo ouvindo-o com muita atenção.

O Deputado Carlos Mosconi - Caro Deputado João Leite, seu aparte faz um fecho, com grande categoria, ao meu desprezioso pronunciamento. V. Exa. disse, com todas as letras, o que significa esse programa Luz para Todos em um Estado como Minas Gerais, que tem a dimensão de países da América do Sul, da América Latina e da Europa. Nosso Estado tem 853 Municípios, grande parte deles, principalmente os do Norte de Minas, com uma dimensão enorme, gigantesca. Portanto, não é fácil. Qualquer cidadão, com boa-vontade, entenderia essa situação. Mas chegaremos lá. O Governador é absolutamente sereno e tranquilo em relação a isso. O Sr. Djalma Moraes, Presidente da Cemig, estava lá - a Cemig naturalmente participou muito dessa questão do gasoduto por causa da Gasmig, que pertence a ela; portanto, eles fizeram um investimento muito alto - e fez também essa afirmação, de acordo com o Governador do Estado, de que até o final deste ano não haverá mais propriedades rurais sem energia elétrica em Minas. Isso é um grande avanço e um esforço - quero deixar bem claro - do governo de Minas Gerais, uma vez que mais de 70% dos recursos para o empreendimento são do próprio Estado e da Cemig. Então, o mérito é dela. Deixaremos isso bem claro para que as pessoas entendam o que realmente está acontecendo.

Encerro meu pronunciamento, Sr. Presidente, e agradeço a atenção de todos. Manifesto minha satisfação por ter participado dessa importante visita do Governador Aécio Neves e do Prof. Antonio Augusto Anastasia, Vice-Governador, a Poços de Caldas, Pouso Alegre e outras cidades do Sul de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado* - Boa tarde a todos e a todas. Primeiramente, gostaria de repudiar a atitude da BHTRANS, que mostra que só tem interesse de arrecadar, colocando o Faixa Azul ao redor de toda a Assembleia Legislativa. Inclusive, não cumpre o princípio da isonomia. Na Câmara Municipal, o talão vale por 5 horas, mas aqui vale por 2 horas. Estamos encaminhando um requerimento à BHTRANS solicitando providências, pois muitas pessoas vêm para a Assembleia trabalhar e não têm como trocar o talão de 2 em 2 horas. Sabemos do grande problema que é estacionar nessa zona, o que causa transtornos principalmente aos servidores desta Casa. Estamos solicitando providências à BHTRANS para que resolva esse problema, a fim de dar alento e tranquilidade aos servidores desta Casa.

Gostaria de parabenizar o conjunto dos servidores do Estado de Minas Gerais, que vêm resistindo bravamente, lutando em defesa de melhores condições de trabalho e de salários justos. Trata-se de um verdadeiro desrespeito com a categoria, tanto dos servidores administrativos quanto dos servidores das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros, dos professores e dos servidores da saúde. Isso prova o que já falamos, que "água mole em pedra dura tanto bate até que fura".

Está aqui, em matéria do jornal "O Tempo", de 1º de outubro do ano passado: "Servidor fica sem aumento. Proposta prevê R\$10.000.000.000,00 de investimento do total de R\$41.000.000.000,00". Na proposta da Lei Orçamentária, o índice de aumento proposto ao servidor era 0%. Esse era o índice proposto pelo governo do Estado de aumento para os servidores. Eles não aceitaram, se mobilizaram, pressionaram e colocaram o bloco na rua. Era uma grande insatisfação, porque o governo não cumpriu a promessa de garantir que os servidores de Minas, no final de 2010, estivessem entre os servidores mais bem-remunerados do País. Não é isso o que acontece; ao contrário, hoje temos uma das maiores economias do País, com orçamento de mais de R\$41.000.000.000,00, e os nossos servidores têm os menores salários. E, depois de tanta pressão, o Governador anunciou um aumento que não atende a categoria. O governo não cumpre a palavra, pois prometeu garantir um aumento de pelo menos 41% para os servidores da segurança pública, a fim de que esses tivessem um dos melhores salários do País.

Da mesma forma, o governo não vem cumprindo com a promessa de respeitar a lei federal. Quem mais desrespeita a legislação no nosso país são os órgãos públicos, os próprios agentes administrativos, que deveriam dar exemplo. Mas não o fazem e são os primeiros a descumprir a lei. O governo do Estado de Minas Gerais descumpra a lei federal e não implementa o piso nacional para os servidores da educação. É um verdadeiro desrespeito e absurdo para com esses servidores, que recebem um salário de fome.

Estão aqui, e provo, os valores-base dos salários dos servidores da educação. Os trabalhadores da educação em Minas Gerais recebem menos de um salário mínimo. Eu falo, eu provo: professores das séries iniciais recebem R\$336,00, menos de um salário mínimo; professores dos ensinos fundamental e médio recebem R\$508,00; auxiliares de serviço - as tão queridas cantineiras, que atendem tão bem e com tanto carinho os estudantes - recebem R\$320,00, menos de um salário mínimo; auxiliares técnicos de educação básica, que, supõe-se, deveriam receber um salário muito bom, recebem R\$334,06.

É um verdadeiro desrespeito. Paulo Freire já dizia que, se a educação, sozinha, não transforma a sociedade, sem ela, tampouco a sociedade muda.

Como vamos formar cidadãos mais críticos e conscientes, para garantir o desenvolvimento do nosso Estado e país, com nossos educadores e mestres recebendo, desculpem-me a palavra, uma porcaria, um salário de fome, com o qual não se conseguem pagar as contas da Cemig e da Copasa, que têm das tarifas mais caras do Brasil? Para isso o governo é bom; mas, na hora de cumprir o que promete e valorizar os servidores, pagando-lhes um salário digno, o governo não assume sua responsabilidade. Também para a segurança pública, os policiais civis e militares, o governo prometeu uma das melhores remunerações do País, mas não cumpriu. Mas, na hora de aumentar o valor das contas de água e luz, na hora de taxar o ICMS do álcool em 25% e de estabelecer uma das tarifas mais caras do País para o IPVA neste Estado, aí, sim, o governo não vê problema.

Então, o nosso Estado é uma grande contradição: por um lado, é o Estado que mais cobra impostos e taxas, onde o povo é mais penalizado; por outro, é onde os servidores têm os menores salários. Vivemos, então, nesse dilema. Aliás, vê-se nessa manchete o piso salarial dos policiais civis e militares e dos bombeiros militares; se compararmos com o piso salarial de outros Estados, como Sergipe e Piauí, Estados pequenos e com PIB pequeno, veremos que neles esses servidores recebem o dobro do que recebem os de Minas Gerais.

Mas a nossa pressão continua. Aproveito para parabenizar, de coração, o Deputado Federal Elismar Prado, que vem fazendo um trabalho bellissimo em Brasília, pressionando até mesmo a base do governo, mesmo pertencendo a ela, para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 300 entre em pauta e seja aprovada, o que, como sabemos, traria mais tranquilidade e dignidade aos servidores da segurança pública. É fundamental fazer essa gestão junto ao Presidente da Câmara dos Deputados e à base do nosso governo, para que ele se sensibilize e ponha a Proposta de Emenda à Constituição nº 300 na pauta, para que possamos aprová-la em 2º turno, incorporando a Polícia Civil.

Outra promessa que o governo fez e não cumpriu foi o auxílio-periculosidade para os servidores da segurança pública, o que está até mesmo na Constituição do Estado. O governo fez o acordo, mas não cumpriu com sua palavra de garantir a implementação do auxílio-periculosidade. Ora, se a profissão de policial não for de risco, nenhuma outra será.

E aí está a triste situação do Estado. Vejam aqui: Ipsemg fecha metade dos leitos e desmarca cirurgias. Dos 290 leitos da unidade, só 141 estão ativos. Há um ano, antes da reforma, eram 540; agora, há apenas 141. Ou seja, ao invés de melhorar a situação e aumentar o número de leitos, o Ipsemg fecha leitos para os servidores. Quer dizer, aumentam-se a arrecadação e os impostos, enquanto os servidores, infelizmente, não têm aumento real de salário e ainda enfrentam essa grande injustiça: servidores públicos, que todo mês pagam a contribuição para o Ipsemg, não têm direito ao atendimento. Ao contrário; como se vê aqui, há um ano havia 240 leitos e hoje há apenas 141 em funcionamento. Essa é a triste realidade: os servidores contribuem para algo que não podem utilizar. Mas já apresentamos requerimento solicitando providências imediatas por parte do governo do Estado, do Governador ou dos responsáveis pelo Ipsemg, para que se resolva essa situação o mais rapidamente possível, porque o povo realmente não aguenta sofrer mais. Então, pedimos ao governo que se sensibilize para isso e garanta dignidade aos servidores, cumprindo o que prometeu. É só isso, nada mais: se prometeu, tem que cumprir; se deu a palavra, tem que honrar com ela. Ressalto que já apresentamos requerimento para a realização de audiência pública sobre o Ipsemg e diversas emendas aos projetos de remuneração dos servidores, em todas as áreas, uma delas pela implementação do piso nacional de educação - emenda de nossa autoria. Aproveito para parabenizar a Ministra Dilma, que esteve em Uberlândia, onde mais de R\$1.600.000.000,00 de recursos do PAC foram investidos em obras de infraestrutura, e já anunciou o PAC 2.

Para terminar, quero falar da campanha contra as tarifas abusivas das companhias de telefone e de internet em nosso país e do nosso projeto que tramita nesta Casa, em que se estabelece o fim da cobrança mensal da assinatura básica da telefonia, que é totalmente ilegal e inconstitucional.

Temos um projeto tramitando nesta Casa e estamos pressionando o Michel Temer para colocar em pauta o projeto, que está na gaveta há quase 10 anos. A nossa luta realmente continua com muita força.

Agradeço a toda a população o grande número de "e-mails" recebidos; não conseguimos ler todos, pois recebemos muitos todos os dias no nosso gabinete. São "e-mails" de apoio, de sugestões e de contribuições à nossa luta contra os aumentos abusivos da telefonia, das contas da Cemig e da Copasa, em defesa dos servidores públicos. Agradeço, de coração, a maneira carinhosa com que todos nos tratam aonde vamos, em todos os cantos do Estado e nas ruas. Muito obrigado. A nossa luta continua com muita força. E esperamos conseguir aprovar algumas emendas para que consigamos dar dignidade às pessoas e para que possamos fazer o que realmente é de direito. É preciso fazer justiça aos nossos servidores públicos, que estão há anos sem aumento, com remunerações bem abaixo do que deveriam receber. Infelizmente o governo não trata nem da recuperação das perdas salariais nem dos aumentos. O governo sequer recuperou as perdas salariais dos últimos anos. E, se quisermos avançar, é fundamental o cumprimento das promessas de garantir que as polícias do nosso Estado tenham as melhores remunerações do País e de implementar o piso nacional da educação. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 26/3/10, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Carmen da Conceição Cardoso Viana do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Luciana Curtiss de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, observadas as Leis nºs 15.014, de 15/1/04, 16.833, de 20/7/07, 17.637, de 14/7/08, a Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, e a Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2/3/10, a servidora Rosângela Maria Verdolin, CPF: 204.271.076-87, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Taquígrafo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o disposto na alínea "c" do inciso III do artigo 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, observado o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98, recepcionado pelo artigo 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, das disposições contidas nas Leis nºs 15.014, de 15/1/04, 16.833, de 20/7/07, e 17.637, de 14/7/08, na Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, e nos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e na Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 3/3/10, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Walter de Oliveira Cobucci Filho, CPF nº 076.453.096-87, ocupante do cargo de Oficial de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2010

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 05/2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 13/4/2010, às 9h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares e vacinas antigripais.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na sala da Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 29 de março de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2009

Objeto: aquisição de material elétrico. Pregoeiro vencedor: Imediato Comercial Elétrica e Ferramentas Ltda. - ME.

Belo Horizonte, 29 de março de 2010.

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.

Termo de Contrato

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Ford Motor Company Brasil Ltda. Objeto: aquisição de veículo de representação de uso exclusivo da Presidência com garantia de três anos sem ônus para a contratante. Vigência: a partir da data da assinatura até o termo final do prazo de garantia. Licitação: PL nº 89/2009; PE nº 87/2009. Dotação orçamentária: 1011011227012009339052.

TERMO DE CONTRATO

Contratante (doadora): Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Peçanha. Objeto: doação de 1 microcomputador da marca Microtec, número patrimonial 021.340, avaliado em R\$250,00, julgado inservível pela doadora. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante (doadora): Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Município de Maravilhas. Objeto: doação de uma ambulância da marca Mercedes-Benz, avaliada em R\$17.500,00, considerada inservível pela doadora.